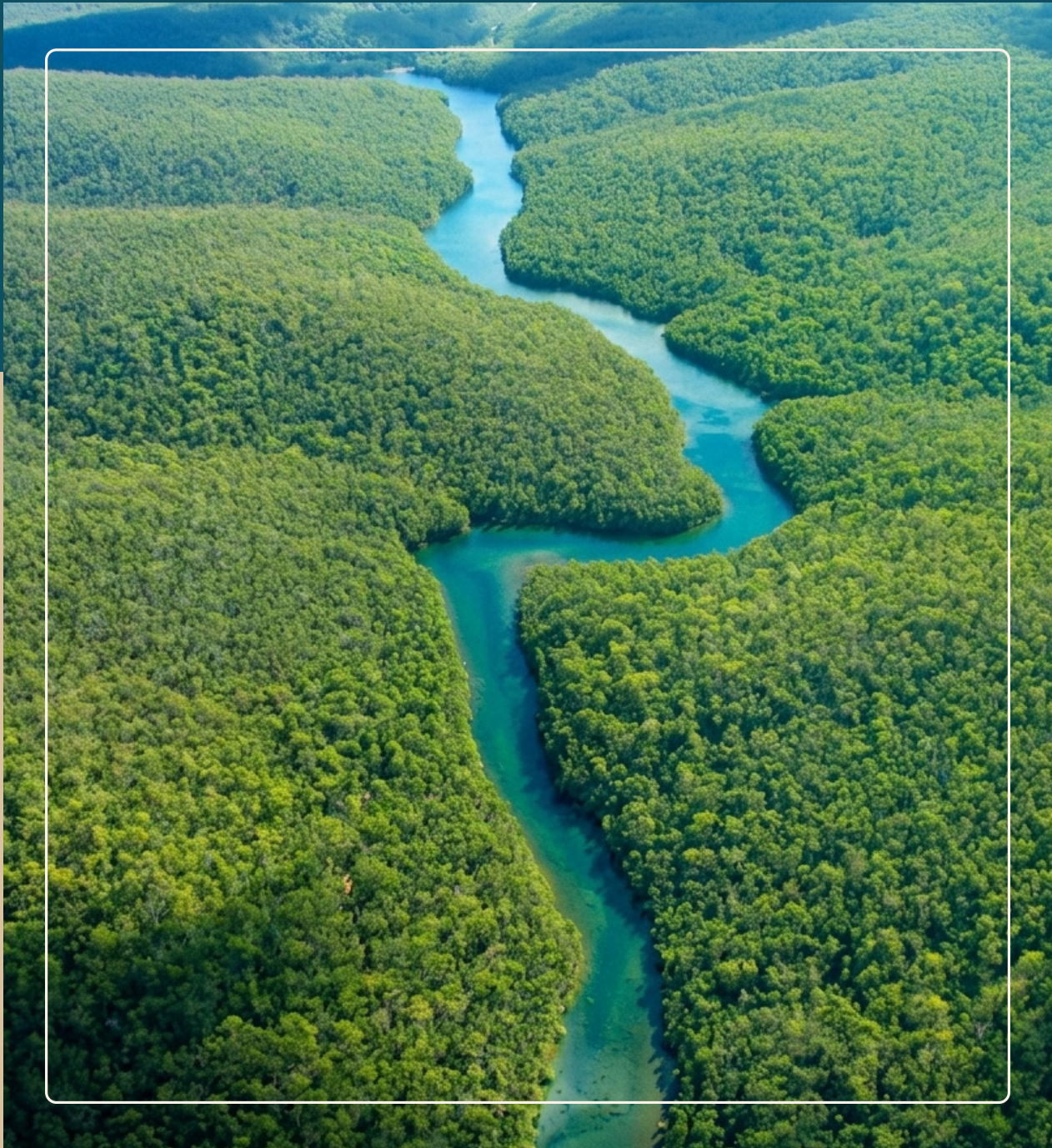


20
26

DIPLOMATURA

LITÍGIO CLIMÁTICO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE



**INSTITUTO DE INVESTIGACIONES JURÍDICAS
FRAY BARTOLOMÉ DE LAS CASAS**



Sobre o Instituto Fray Bartolomé de las Casas



COMMITTEE OF
PANAMERICAN JUDGES
FOR SOCIAL RIGHTS AND
FRANCISCAN DOCTRINE

O Instituto de Investigaciones Jurídicas Fray Bartolomé de las Casas (IFBC) tem como objetivo gerar conhecimento crítico que favoreça a exigibilidade e a aplicabilidade dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA), reconhecendo sua interdependência intrínseca e com os direitos civis e políticos, e promovendo a eficácia das normas internacionais de direitos humanos que salvaguardam o desenvolvimento progressivo das comunidades.

Por meio das atividades de pesquisa e formação, o IFBC busca contribuir para o reconhecimento e a aplicação dos DESCAs em todos os âmbitos, especialmente no contexto migratório e colonial, defendendo a igualdade e o respeito à dignidade humana. Nessa tarefa, colabora com diversos atores para influir em políticas públicas que assegurem o desenvolvimento sustentável e a proteção dos direitos humanos.

O QUE FAZEMOS?

O IFBC se concentra na formação de profissionais, pesquisadores/as e funcionários/as judiciais em matéria de DESCAs, mediante grupos de pesquisa, cursos e seminários que proporcionem ferramentas para abordar esses direitos em diferentes contextos.

- **PESQUISA:** um espaço para a geração de conhecimento próprio e o impulso ao estudo interdisciplinar, com a missão de abordar problemáticas específicas e propor soluções inovadoras baseadas em evidências, com eixo em quatro grandes temas: estruturas judiciais, colonialismo, migração e emergência climática.

- **FORMAÇÃO:** uma proposta acadêmica especializada nas áreas de pesquisa do Instituto, com o objetivo de fortalecer as capacidades de juízes, juízas e demais operadores/as judiciais, bem como de profissionais do âmbito acadêmico e da pesquisa, por meio de formação especializada, diálogo interdisciplinar e produção de conhecimento com impacto social.

Ao gerar e difundir conhecimento próprio, fortalece-se a capacidade regional para enfrentar desafios como a mudança climática, permitindo um desenvolvimento mais sustentável, inclusivo e equitativo, tal como o Papa Francisco destacou na encíclica *Laudato si'* e na exortação *Laudate Deum*, e como é o objetivo da diplomatura do IFBC em Litígio Climático na América Latina e no Caribe.

O IFBC foi criado pelo **Papa Francisco** em 15 de agosto de 2023, no âmbito da Pontifícia Academia das Ciências Sociais, por meio do quirógrafo N° 570, sob dependência funcional do Comitê Pan-Americano de Juízas e Juízes pelos Direitos Sociais e a Doutrina Franciscana (COPAJU).

MISSÃO

A defesa e promoção dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA).

INSPIRAÇÃO

Fray Bartolomé de las Casas, defensor dos povos originários e precursor dos direitos humanos.



ESTRATÉGIA

Sensibilizar a comunidade acadêmica e o público em geral, e produzir conhecimento para a tomada de decisões a nível governamental.



Alberto Filippi (diretor do IFBC), Roberto Andrés Gallardo (presidente da COPAJU), Lucas Ciarniello Ibáñez (diretor executivo do IFBC) e Eugenio Raúl Zaffaroni (diretor do IFBC).

Diplomatura

LITÍGIO CLIMÁTICO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

A emergência climática é uma das maiores ameaças para a humanidade, com efeitos desproporcionais nas comunidades em situação de vulnerabilidade. Na América Latina e no Caribe, os impactos incluem o aumento na frequência de desastres naturais, a degradação de biomas cruciais como a Amazônia e violações estruturais aos direitos humanos relacionadas à degradação ambiental. Nesse contexto, o litígio climático é uma ferramenta-chave para a proteção do meio ambiente e a exigibilidade dos direitos humanos.

OBJETIVOS

A Diplomatura em Litígio Climático na América Latina e no Caribe do IFBC, em convênio com a Universidade Nacional de José C. Paz (UNPAZ), busca potencializar a reflexão crítica sobre temas fundamentais da ciência climática, os impactos regionais da mudança climática e os marcos legais internacionais. O objetivo é uma compreensão aprofundada das causas da mudança climática, seus efeitos na região, a legislação pertinente e os casos emblemáticos de jurisprudência, para uma tomada de decisões mais informada.

DESTINATÁRIOS

MAGISTRADAS/OS E OPERADORAS/ES JUDICIAIS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE.

MODALIDADE

Esta oferta acadêmica está concebida para se desenvolver em um ambiente educativo virtual que facilite o aprendizado e a interação entre docentes e estudantes. Será utilizado o Campus IFBC, uma plataforma on-line que permite hospedar conteúdos, gerir atividades acadêmicas e fomentar a comunicação entre os/as participantes. Os encontros síncronos serão realizados via Zoom, enquanto a infraestrutura e os recursos das sedes do IFBC nas cidades de Buenos Aires e Brasília permitem a realização de sessões híbridas.

DURAÇÃO

A duração total da diplomatura é de cinco meses, com o início desta segunda edição previsto para agosto de 2026. Os seminários serão cursados de forma consecutiva de agosto a dezembro. A carga horária é de 200 horas, a serem cumpridas com aulas síncronas semanais de quatro horas e atividades assíncronas como leituras e trabalhos práticos a serem realizados no Campus IFBC.

CINCO MESES DE DURAÇÃO

200
HORAS

CARGA
HORÁRIA
TOTAL

AULAS SÍNCRONAS SEMANAIS DE 4 HORAS VIA ZOOM

PARA MAGISTRADAS/OS E OPERADORAS/ES JUDICIAIS DA REGIÃO

SEDES

O IFBC conta com duas sedes: uma na **Cidade Autônoma de Buenos Aires**, Argentina (Av. Ingeniero Huergo 1189), e outra no **Campus da Universidade Católica de Brasília**, Brasil (QS 07, Lote 01, Taguatinga Sul – Taguatinga, Brasília/DF).



MARCELO SUÁREZ OROZCO (Diretor do IFBC; Chanceler da Universidade de Massachusetts Boston, Estados Unidos)

Diplomatura

LITÍGIO CLIMÁTICO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

O COPAJU sinalizou seu interesse prioritário em trabalhar a emergência climática, dadas suas implicações para a justiça social e os DESCA. Isso levou o IFBC, juntamente com a UNPAZ, a elaborar uma diplomatura que aborde essa problemática ambiental desde uma perspectiva judicial e fomente a exigibilidade dos direitos sociais em toda a região.

QUATRO OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- A) Desenvolver uma compreensão integral da ciência climática
- B) Analisar os impactos climáticos regionais
- C) Alcançar uma visão geral dos marcos jurídicos fundamentais para o litígio climático
- D) Examinar a jurisprudência climática relevante

UNIDADES TEMÁTICAS

O percurso formativo é composto por quatro eixos temáticos e uma oficina de integração para o desenvolvimento do trabalho final. As unidades temáticas terão de três a quatro aulas síncronas cada uma, com duração de aproximadamente 3 horas, e trabalho assíncrono por meio do Campus IFBC.

TRÊS SESSÕES



1 - FUNDAMENTOS DA MUDANÇA CLIMÁTICA

2- MUDANÇA CLIMÁTICA E CIÊNCIAS ATMOSFÉRICAS

3- DADOS CLIMÁTICOS E ATRIBUIÇÃO

UNIDADE 1

INTRODUÇÃO À CIÊNCIA CLIMÁTICA

Princípios básicos da ciência do clima e seu desenvolvimento histórico. Como a atividade humana, em especial a emissão de gases de efeito estufa e aerossóis, contribui para a mudança climática antropogênica; os processos críticos que influenciam o sistema climático da Terra e a necessidade de frear o aquecimento no curto prazo, nos próximos 10 a 20 anos, e além de 2050. Os dados climáticos e seu uso para projetar cenários futuros e em litígios específicos. A cadeia causal que une eventos pontuais à mudança climática, um processo de atribuição crucial para vincular esse fenômeno a impactos no contexto legal e político.

TRÊS SESSÕES

1 - IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICOS

2- MUDANÇA CLIMÁTICA E GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

3- RISCOS CLIMÁTICOS REGIONAIS E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES



UNIDADE 2

IMPACTOS DA MUDANÇA CLIMÁTICA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Impactos ambientais e socioeconômicos da mudança climática na região: biodiversidade, ecossistemas, recursos hídricos, qualidade do ar e saúde humana. Vulnerabilidades específicas dos países latino-americanos e a intersecção da mudança climática com problemas como a pobreza e a desigualdade. Os efeitos em comunidades em situação de vulnerabilidade, suas estratégias de resiliência e a importância de integrar sua perspectiva, conhecimento e práticas nos esforços de adaptação climática e justiça processual. Estratégias para a preparação ante desastres naturais, a redução de riscos e o fomento da resiliência. O papel das políticas governamentais, a ajuda internacional e as iniciativas lideradas pelas comunidades.

QUATRO SESSÕES

- 1 - MARCOS LEGAIS E DIREITO INTERNACIONAL
- 2- TÉCNICAS PROCESSUAIS E RECURSOS JUDICIAIS
- 3- CASOS HISTÓRICOS DE LITÍGIOS CLIMÁTICOS
- 4- SANÇÕES JUDICIAIS EFETIVAS NO ATUAL CONTEXTO REGIONAL

UNIDADE 3 MUDANÇA CLIMÁTICA E DIREITO



Os marcos jurídicos internacionais que regem a mudança climática. O papel das cortes e tribunais internacionais. Efeitos sobre os direitos humanos e a responsabilidade dos Estados. Introdução às categorias de litígios climáticos, as técnicas processuais, abordagens inovadoras, tipos de recursos e desafios para o cumprimento das ordens judiciais. Casos emblemáticos de litígio climático. Intersecção entre mudança climática e direitos humanos. Acesso à justiça e legitimidade nos litígios. A prestação de contas dos atores estatais e não estatais na política climática. Sanções existentes nos sistemas judiciais dos Estados da região vinculadas à justiça climática. Jurisdições ambientais específicas e diretrizes comuns para conceber tribunais ambientais regionais.

QUATRO SESSÕES

- 1 - CASOS RECENTES E LITÍGIOS CLIMÁTICOS EM CURSO
- 2- A PROTEÇÃO DO BIOMA E A OBRIGAÇÃO DE CONSULTA PRÉVIA
- 3- OBRIGAÇÃO DE COOPERAÇÃO REGIONAL
- 4- CORPOS JUDICIAIS DE POLÍCIA AMBIENTAL

UNIDADE 4 LITÍGIOS CLIMÁTICOS NA AMÉRICA LATINA

Panorama dos litígios climáticos na região. Desafios e oportunidades judiciais específicos na América Latina. Conceitos fundamentais de antropologia jurídica e direito indígena em relação à proteção de biomas-chave. Impacto do colonialismo. A Convenção Nº 169 da OIT e as consultas prévias. A interdependência dos ecossistemas, os desafios comuns e o caráter fundamental da cooperação regional para enfrentar a mudança climática. A necessidade de integrar os corpos técnicos da polícia ambiental nas estruturas judiciais. A criação desses organismos especializados como passo em direção a uma justiça ambiental mais efetiva. Sua interação com outros atores centrais. Os desafios políticos e orçamentários.



OFICINA DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO FINAL

Etapa-chave no processo de aprendizado. Na oficina de integração serão consolidados os conhecimentos adquiridos e aplicados de forma prática. Um espaço concebido para fomentar a colaboração interdisciplinar, combinando perspectivas legais, sociais e científicas na análise de casos específicos de litígios climáticos.

No projeto final, os/as participantes colocarão em prática suas habilidades analíticas e criativas, elaborando propostas que integram elementos teóricos e práticos. Não se busca apenas avaliar o aprendizado, mas gerar soluções inovadoras e aplicáveis, com iniciativas que reflitam uma abordagem integral e transformadora dos desafios da mudança climática.

Diplomatura

LITÍGIO CLIMÁTICO NA
AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

PERFIL DE DOCENTES, TUTORAS E TUTORES

Os seminários estarão a cargo de docentes especializados/as em cada temática, cuja convocação foi resultado de uma pesquisa exaustiva entre instituições de referência da região. Grande parte da equipe docente colaborou com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas. Todas as atividades contarão com o acompanhamento de tutoras/es especialistas em educação virtual em direitos humanos.

PERFIL DO EGRESSO



Espera-se que os/as diplomados/as em Litígio Climático na América Latina e no Caribe estejam capacitados/as para:

- Compreender de maneira integral os fundamentos da ciência climática.
- Analisar a evidência científica para avaliar argumentos e provas em casos de litígio climático.
- Identificar e avaliar os impactos ambientais e socioeconômicos da mudança climática na América Latina e no Caribe.
- Contextualizar os litígios climáticos no marco das vulnerabilidades e desafios regionais.
- Aplicar marcos jurídicos internacionais relevantes para a mudança climática.
- Interpretar e utilizar a jurisprudência para fortalecer argumentos em litígios climáticos.
- Estabelecer vínculos entre a mudança climática e a proteção dos direitos humanos.
- Elaborar estratégias jurídicas eficazes para casos de litígio climático.
- Tomar decisões informadas no âmbito judicial, integrando conhecimentos científicos, legais e de contexto regional.
- Promover práticas judiciais que contribuam para a sustentabilidade e a proteção dos direitos das populações em situação de vulnerabilidade.

CERTIFICAÇÃO

Os títulos emitidos terão o respaldo do **IFBC, da Pontifícia Academia das Ciências Sociais e da Universidade Nacional de José C. Paz, Argentina.**



THE PONTIFICAL
ACADEMY OF SOCIAL
SCIENCES



**PARA MAIS INFORMAÇÕES,
ACESSE O CAMPUS IFBC**

 [CAMPUS.INSTITUTODELASCASAS.ORG/](https://campus.institutodelascasas.org/)



CONTATO:

 [INSTITUTOFBC.ORG](https://institutofbc.org)

 [INFO@INSTITUTODELASCASAS.ORG](mailto:info@institutodelascasas.org)

 [INSTAGRAM.COM/IFBCARG/](https://www.instagram.com/ifbcarg/)

A mudança climática na visão dos papas Francisco e Leão XIV



“HOJE NÃO PODEMOS DEIXAR DE RECONHECER QUE UM VERDADEIRO ENFOQUE ECOLÓGICO CONVERTE-SE SEMPRE EM UM ENFOQUE SOCIAL, QUE DEVE INTEGRAR A JUSTIÇA NAS DISCUSSÕES SOBRE O MEIO AMBIENTE, PARA ESCUTAR TANTO O CLAMOR DA TERRA COMO O CLAMOR DOS POBRES.”

“Muitos daqueles que têm mais recursos e poder econômico ou político parecem concentrar-se sobretudo em mascarar os problemas ou em ocultar os sintomas, tratando apenas de reduzir alguns impactos negativos da mudança climática. Porém, muitos sintomas indicam que esses efeitos poderão ser cada vez piores se continuarmos com os atuais modelos de produção e consumo.”

Carta encíclica *Laudato si'* (24 de maio de 2015)

“TRAGICAMENTE, AQUELES QUE SE ENCONTRAM NAS SITUAÇÕES MAIS VULNERÁVEIS SÃO OS PRIMEIROS A SOFRER OS EFEITOS DEVASTADORES DA MUDANÇA CLIMÁTICA, DO DESMATAMENTO E DA POLUIÇÃO. PORTANTO, O CUIDADO DA CRIAÇÃO CONVERTE-SE EM UMA EXPRESSÃO DE HUMANIDADE E SOLIDARIEDADE.”

“Devido ao seu caráter global, esses desafios põem em perigo a vida de todos os habitantes do planeta e, portanto, requerem cooperação internacional e um multilateralismo coeso e com visão de futuro que priorize a sacralidade da vida, a dignidade inerente a cada ser humano e o bem comum. Lamentavelmente, observamos enfoques políticos e comportamentos humanos que vão na direção oposta, caracterizados pelo egoísmo coletivo, o desprezo pelos demais e a miopia.”

Mensagem à 30ª Conferência da ONU sobre a Mudança Climática (7 de novembro de 2025)

AUTORIDADES

INSTITUTO DE INVESTIGACIONES JURÍDICAS FRAY BARTOLOMÉ DE LAS CASAS (IFBC)

Criado pelo Papa Francisco em 15 de agosto de 2023, no âmbito da Pontifícia Academia das Ciências Sociais, sob dependência funcional do Comitê Pan-Americano de Juízas e Juizes pelos Direitos Sociais e a Doutrina Franciscana (COPAJU).

DIRETORES

- EUGENIO RAÚL ZAFFARONI
- ALBERTO FILIPPI
- MARCELO SUÁREZ OROZCO

DIRETOR EXECUTIVO

- LUCAS CIARNIELLO IBÁÑEZ

COMITÊ PAN-AMERICANO DE JUÍZAS E JUÍZES PELOS DIREITOS SOCIAIS E A DOCTRINA FRANCISCANA (COPAJU)

Constituído conforme Ata Constitutiva de 4 de junho de 2019 na Cidade do Vaticano e sob a inspiração do Papa Francisco. Constituído como Associação Privada de Fiéis de caráter internacional e como pessoa jurídica dentro do ordenamento canônico mediante quirógrafo papal de 15 de agosto de 2023.

PRESIDENTE

- ROBERTO ANDRÉS GALLARDO

VICE PRESIDENTE

- ANA INÉS ALGORTA LATORRE

SECRETÁRIO

- GUSTAVO DANIEL MORENO

VOGAIS

- MARÍA JULIA FIGUEREDO VIVAS
- DANIEL DAVID URRUTIA LAUBREAUX
- JANET OFELIA LOURDES TELLO GILARDI

UNIVERSIDADE NACIONAL DE JOSÉ C. PAZ (UNPAZ)

REITOR

- DARÍO KUSINSKY

VICE-REITORA

- SILVIA STORINO

ESCOLA DE PÓS-GRADUAÇÃO

- CAROLINA CALVELO